

Rádio e Televisão Paraná Educativa: de clube de radioamadorismo às potencialidades digitais inexploradas¹

Wagner de ALCANTARA ARAGÃO²

Doutorando

Myrian Regina DEL VECCHIO-LIMA³

Doutora

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

Resumo

Este artigo, após apresentar uma síntese da história da Rádio e Televisão Educativa do Paraná (Paraná Educativa), identifica e avalia como essa emissora pública se faz presente na internet, diante das potencialidades de convergência de mídias, narrativas transmídia e jornalismo digital. Tem-se, como premissa, que as constantes alterações de regimento, organização e vinculação administrativa e de direcionamento editorial prejudicam a apropriação de tais potencialidades. O objeto de estudo é o website da instituição (<www.paranaeducativa.pr.gov.br>). A navegação e a observação do conteúdo veiculado naquele ambiente, entre 1º e 8 de setembro de 2020, e uma revisão bibliográfica constituem a metodologia. Em linhas gerais constata-se que, embora se autodenomine emissora “educativa”, não há aproveitamento de funcionalidades tecnológicas para o compartilhamento de conteúdos desse tipo. Possibilidades de narrativas transmídia e de jornalismo digital também são inexploradas.

Palavras-chave: História das mídias, Emissora pública, Paraná Educativa, Convergência de mídia, Narrativas transmídia

Introdução

Diante do cenário de crise pandêmica sanitária, que persiste no Brasil de março de 2020 até agora (junho/2021), a internet e suas funcionalidades se tornaram instrumento para que as práticas de trabalho, estudo, compras, entretenimento, sociabilidades etc pudessem ser viabilizadas. Na impossibilidade de deslocamentos, encontros presenciais e experiências in loco, o ensino, as manifestações artísticas, o acesso à informação passaram a se concentrar no ciberespaço, por meio de plataformas e ambientes diversos.

Surge então uma questão: Em que medida esses ambientes digitais estão preparados para satisfazer essa demanda? Neste trabalho, buscamos algumas respostas a essa pergunta, averiguando a atuação de um espaço que, pela sua natureza e seus propósitos, tem – ou deveria ter – a obrigação de buscar a excelência no atendimento a essa demanda. Isso por

1 Trabalho apresentado no GT História das Mídias Audiovisuais, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

2 Jornalista e professor da Rede Estadual de Ensino do Paraná/Educação Profissional. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do Grupo de Pesquisa Click (Comunicação e Cultura Ciber). E-mail: waaprofessor@gmail.com.

3 Jornalista e professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR. Líder do Grupo de Pesquisa Click (Comunicação e Cultura Ciber). E-mail: myriandel@gmail.com.

ser tratar de um espaço mantido pelo poder público, e concebido para prestar serviços que abrem as portas para direitos de interesse público elementares.

Trata-se de parte de um estudo de caso sobre a Rádio e Televisão Educativa do Paraná – RTVE, na sigla de sua razão social, ou “Paraná Educativa”, em seu nome fantasia. Órgão do Governo do Estado, subordinado à Secretaria da Comunicação Social e da Cultura, a RTVE, além de seu autodefinir como “educativa”, tem, entre outras atribuições expressas em seu regulamento, a função de informar e difundir a arte e a cultura regionais. O objetivo é o de identificar e avaliar como a Paraná Educativa se faz presente na internet, tendo como baliza para essa avaliação as potencialidades atreladas aos conceitos de convergência de mídias, narrativas transmídia e jornalismo digital.

Para tanto, o objeto de estudo empírico é o website onde a organização midiática se apresenta (www.paranaeducativa.pr.gov.br). A navegação e a observação do conteúdo veiculado nesse site, entre 1º e 8 de setembro de 2020, a compilação sobre a trajetória histórica da emissora e a revisão teórico-conceitual permitiram uma análise interpretativa, e constituem a metodologia do trabalho.

Optou-se pelo período citado, como recorte, por coincidir com a Semana da Pátria e as festividades do Dia da Padroeira de Curitiba (Nossa Senhora Luz dos Pinhais, 8 de setembro), efemérides que, ao menos em tese, impulsionariam a cobertura, a produção e a veiculação de conteúdos jornalísticos, educacionais, artísticos e de entretenimento sobre assuntos e acontecimentos locais e regionais. Ademais, foi um período inserido no contexto de pandemia, com a internet se configurando como catalisadora de atividades e encontros.

A pesquisa partiu da premissa de que as constantes alterações de regimento, de organização e vinculação administrativa, e ainda de direcionamento editorial e até de nome da organização, trouxeram prejuízos à construção de uma identidade e de projetos. Por isso, a trajetória histórica da Paraná Educativa é resgatada, desde sua origem como clube de radioamadorismo à atual presença no ciberespaço, aspectos tratados a seguir.

1. RTVE: uma trajetória histórica de “vai e vem”

A Rádio e Televisão Educativa do Paraná é constituída por duas emissoras de rádio (uma em frequência AM, outra em frequência FM), um canal de televisão aberto e um website (www.paranaeducativa.pr.gov.br)⁴. De acordo com o ato legal mais recente que estabelece o regulamento da instituição, o decreto estadual 5.510, de 10 de novembro de 2016 (PARANÁ, 2016, online), a RTVE “é uma entidade autárquica estadual, dotada de

4 Também é acessar esse website pelo endereço com o nome oficial da emissora: www.rtve.pr.gov.br.

personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receitas próprios, e autonomia administrativa, financeira e técnica”.

Esse mesmo decreto vincula a RTVE à Secretaria Estadual da Comunicação Social. Com a fusão dessa à Secretaria da Cultura, a partir de uma nova organização do Poder Executivo pela Lei 19.848/2019 (PARANÁ, 2019), a RTVE passou a ser subordinada à pasta resultante de tal fusão (Secretaria da Comunicação Social e da Cultura). Mudanças de composição, de vinculação e de nome fantasia são, por sinal, marcantes na história da RTVE, refletindo-se em fases de maior ou menor protagonismo no setor de radiodifusão, e prejudicando, como se discute mais à frente, o reconhecimento e a apropriação pela sociedade da emissora como um instrumento de comunicação pública.

A origem da RTVE remonta há mais de 70 anos. Em 1949, surge o que seria o embrião da atual Rádio Paraná Educativa AM. Naquele ano, no Colégio Estadual do Paraná, o estudante do último ano do ciclo que hoje se chama ensino médio, Ernani Costa Straube, dispondo de um equipamento de radiotransmissão, propõe ao diretor do colégio, Adriano Gustavo Robine, a implantação de um clube de radioamadorismo (LUSTOSA, 2009, apud SEVERO, 2012). A proposta é aceita. A partir de 1950, com a mudança do Colégio Estadual do Paraná para novas e definitivas instalações, o clube de radioamadorismo se transforma em uma emissora de rádio.

A concessão do governo federal, necessária para se colocar a rádio no ar, deu-se em 1952. “Rádio Emissora do Colégio Estadual do Paraná” é o nome da estação que, em 1958, passa a ser vinculada à então Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme pontua também Lustosa (2009, apud SEVERO 2012). Dois anos depois, o Governo do Estado (Lei 4.268/1960), cria a Divisão de Rádio e Televisão, subordinada ao Departamento de Turismo e Divulgação do Estado, que se torna responsável pela programação noturna da emissora. Na gestão do governador Paulo Pimentel (1966-1971), a estação passa a se chamar “Rádio Emissora do Paraná”.

Vemos, pois, que num período de 20 anos, de um clube de radioamadorismo a emissora passa a ser instrumento de radiodifusão ligado à educação e cultura, e após certo período lhe é dada a função também de divulgação de atrativos turísticos do Paraná. De experimento colegial, torna-se uma emissora oficial do governo estadual.

Em 1974, o Governo do Paraná cria a empresa Paraná Radiodifusão S/A, vinculada à então Secretaria de Viação e Obras Públicas. Em seu artigo 2º, a lei estadual 6.635, de 29

de novembro de 1974, o ato que cria a empresa, enumera as competências da nova instituição, e entre elas estão:

Promover a implantação, melhoria e **exploração de serviços da radiodifusão** sonora e de som e imagem; promover a implantação da rede oficial de telecomunicações e radiodifusão do Estado, por si ou em convênio com as entidades concessionárias dos serviços de telefonia e telegrafia urbana e interurbana, de telex, **rádio e televisão; explorar os serviços que integram a rede oficial de TV Educativa** e os mencionados no item anterior (PARANÁ, 1974, online; grifo dos autores deste artigo).

Embora a lei mencionasse “TV Educativa”, para este artigo não se teve confirmação oficial de que, àquela altura, já houvesse canal de televisão constituído pelo governo estadual, em funcionamento efetivo. Isso viria a ocorrer, de acordo com informações extraoficiais, 13 anos depois, quando, por meio da lei estadual 8.484, de 3/07/1987⁵, é criada a Fundação Rádio e Televisão do Paraná (PARANÁ, 1987a), instituição responsável pelas emissoras AM e FM da Rádio Estadual do Paraná, e pela TV Educativa, que então iniciaria suas operações. Quando de sua criação, a Fundação Rádio e Televisão do Paraná é subordinada à Secretaria de Comunicação Social – estruturada em março de 1987 (PARANÁ, 1987b).

Em 1990, a Fundação Rádio e Televisão do Paraná é transferida para a Secretaria de Estado da Cultura (PARANÁ, 1990). No ano seguinte, o regime jurídico-administrativo é alterado de fundação para autarquia (PARANÁ, 1991), embora a razão social mantenha a palavra “Fundação”. Em 1992, o nome é, enfim, modificado, para o atual Rádio e Televisão Educativa do Paraná (decreto 1.422, de 30/06/1992). Frise-se, nesta mudança, a inclusão do termo “Educativa”. A vinculação permaneceu com a Secretaria de Estado da Cultura.

O estatuto da RTVE que passou a vigorar em 1987, quando foi criada a Fundação, é reformulado 17 anos depois, pelo decreto 3.346, de 15/07/2004 (PARANÁ, 2004). Passados 12 anos dessa reformulação, em 2016 promulga-se novo regulamento (PARANÁ, 2016), válido atualmente (2021). Nesse intervalo, as emissoras de rádio AM e FM e de televisão experimentaram momentos de maior e menor presença na sociedade, de maior e menor produção de conteúdo, conforme o projeto político-administrativo de cada um dos governadores do Estado desse período.

Criada durante o mandato do segundo governador eleito após a ditadura militar (Álvaro Dias, 1987-1991; sucedendo a José Richa, 1983-1987), a Fundação Rádio e

⁵ A lei, que dispõe sobre nova organização do Poder Executivo, extinguiu a Paraná Radiodifusão S/A, transferindo à Fundação a receita e a parcela patrimonial que, na sociedade de economia mista, cabia ao Estado.

Televisão do Paraná surge antes da Constituição de 1988, que reserva um capítulo específico para tratar da Comunicação Social e, nesse capítulo, do sistema de radiodifusão aberta no país. A existência de uma emissora mantida pelo poder público estadual estaria em consonância com o que viria a estabelecer a Carta Magna, em seu artigo 223, o qual afirma que a outorga e renovação de concessão, permissão ou autorização para o serviço de radiodifusão deveria observar “o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (BRASIL, 1988).

Passados mais de três decênios, porém, o artigo constitucional nunca foi regulamentado por lei específica, apesar de ampla e incansável mobilização de profissionais, pesquisadores, ativistas e movimentos sociais – mobilização que culminou, em 2009, na realização da primeira (e até hoje única) Conferência Nacional de Comunicação⁶. A ausência de um marco regulatório deixa imprecisos os conceitos de “sistemas privado, público e estatal” e de “complementaridade”. Por exemplo: a RTVE seria uma organização pública? Ou meramente estatal, governamental?

Movimentos pela democratização das comunicações apontam que o vácuo legal dá margem para deturpações de funções por parte das instituições concessionárias de canais de rádio e televisão, inclusive as de natureza estatal ou pública. Intervezes (2009), por exemplo, ressalta que, em um cenário de hegemonia dos meios de comunicação comerciais,

[...] o predicado público circunscreve tudo o que não faz parte do seu oposto, ou seja, o público seria outro termo para designar tudo o que não é comercial (...) No Brasil, tal entendimento está na base do que se convencionou chamar de “campo público”, incluindo desde emissoras comunitárias até legislativas com base numa identidade não-comercial (INTERVOZES, 2009, p. 3).

Dessa forma, instituições como a RTVE se inserem na seara “pública”, sem que, pela inexistência de um marco regulatório, haja delimitações mais objetivas de como deve ser sua composição administrativa, suas funções e práticas, bem como sem a previsão de acompanhamento e participação da sociedade nos processos decisórios. Quando se trata de emissoras sob gestão direta de governos, mesmo que constituídas para fins educativos, elas correm o risco de serem conduzidas por diferentes caminhos, conforme o projeto político-administrativo do momento. Faxina (2019, online) testemunha: “Sempre que muda

⁶ Um dos autores deste artigo (Wagner de Alcântara Aragão) participou da I Conferência Nacional de Comunicação (Brasília, dezembro de 2009) como um dos delegados do Poder Executivo do Estado do Paraná.

governo, as pernas da Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE/PR) começam a tremer. Vivi isso pelo menos três vezes”.

Detoni (2015) explica que, entre os anos 1960 e 1990, políticas em âmbito federal não só estimularam o surgimento de emissoras educativas, como fixaram finalidades rígidas, limitadas a conteúdos didáticos, lúdicos e educacionais. Em 1999, essas normas foram flexibilizadas:

Em 1967, o Decreto-lei nº 236 criou os instrumentos jurídicos e institucionais para a implantação das TVs educativas no país, e os governos estaduais [e universidades] começaram a inaugurar suas emissoras. Em 1975, o governo federal criou sua própria emissora, a TVE (...) Em 1999, o governo Fernando Henrique Cardoso, por meio de Portaria Interministerial nº 651 do MEC e do Ministério das Comunicações, liberou as emissoras educativas das amarras didáticas estabelecidas pela legislação dos militares. (DETONI, 2015, p. 112-115).

Ainda segundo a pesquisadora, as emissoras educativas enfrentaram um processo de sucateamento iniciado nos anos 1980. Em contexto de diminuição do papel do Estado, nos anos 1990, liberou-se o financiamento por meio de publicidade, ainda que em forma de apoio cultural. A flexibilização das atribuições e formas de financiamento não vieram, porém, acompanhadas de uma definição precisa e legal do conceito de emissora educativa – jornalismo e até entretenimento passaram a compor as grades de programações (DETONI, 2015), como mais um efeito colateral da não regulamentação constitucional. “Os governos pós-democratização nunca chegaram a apresentar ao Congresso um marco regulatório para a Comunicação” (DETONI, 2015, p. 105).

Entretanto, o problema vai além da dúvida se a RTVE é uma emissora pública ou um veículo estatal. O problema está em se permanecer nesse limbo, o que dá margens a “vais e vens” administrativos, organizacionais e editoriais. Sua vinculação, como vimos, circula ao longo da história: já esteve subordinada a órgãos de Educação e Cultura, de Turismo; a uma sociedade de economia mista relacionada às telecomunicações; a secretarias de Comunicação Social, de Cultura, e, hoje, sob uma pasta que funde Comunicação e Cultura. Com tudo isso, sua marca, direcionamento editorial, atuação e função social são frequentemente modificadas.

De 20 anos para cá, a instituição experimentou nomes fantasias diversos: Canal Paraná, definido em 2000, pelo governo Jaime Lerner (1995-2002); Paraná Educativa, a partir de 2003, que recuperava o “Educativa” das origens, no governo Roberto Requião

(2003-2010); E-Paraná, em 2011, no governo Beto Richa (2011-2018). Desde 2019, no governo de Ratinho Júnior, o “Paraná Educativa” foi resgatado para as emissoras de rádio, e a televisão, ao se tornar um canal para divulgação de atrações turísticas, passou a se chamar TV Paraná Turismo (AEN, 2019).

Mesmo com esse posicionamento editorial mais recente, definido pela atual gestão – o de tornar a emissora difusora de atrações turísticas –, o canal ainda continuou a exibir programas da TV Cultura, de São Paulo. Contudo, em junho de 2021, essa mesma gestão optou por não renovar o contrato com a emissora pública paulista, movimento entendido como a descaracterização definitiva da emissora como “educativa” (GALINDO, 2021).

Toda essa inconstância prejudica a construção de uma identidade, de uma audiência fiel e de uma apropriação, pelo público, de um veículo de mídia que é seu. Ressalte-se que os estudos em Administração, Marketing e Comunicação Institucional destacam como a identidade de uma organização é construída, entre outros fatores, pela sua marca (nome, logotipo, slogan, entre outros elementos). Para uma marca ser consolidada, no entanto, demanda-se tempo. Assis, Cardoso e Serralvo (2012, p. 182) afirmam: “[uma] característica que torna a marca sólida é a longevidade”. Por sua vez, ainda segundo os autores, uma marca sólida contribui para se estabelecer uma relação de fidelidade entre a organização e o público.

Em que pese a mudança mais recente de direcionamento editorial, que transformou a emissora em canal sobre turismo, o regulamento vigente da RTVE expressa, em seu artigo 3º, que entre seus objetivos está o de “produzir material audiovisual e noticioso de cunhos educativos, culturais, esportivos, sociais, informativos e artísticos” (decreto 5.510, de 10/11/ 2016) (PARANÁ, 2016). Motivado, inclusive, por essa obrigatoriedade, é que este trabalho busca investigar se, para exercer tais atribuições, a Paraná Educativa lança mão de recursos próprios da atual cultura digital imperativa (BORTOLAZZO, 2016), que define conceitualmente práticas como convergência de mídias, narrativas transmídia e jornalismo digital.

2. Convergência de mídia, narrativas transmídia, jornalismo digital

Jenkins (2009) estabelece a ocorrência de convergência de mídias quando, além da confluência de tecnologias e do sincretismo de linguagens de conteúdos, há também o entrelaçamento de organizações, empreendimentos, produtos e mercados; mais ainda, há interrelação de públicos oriundos de meios diversos. Diz ele:

Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando (JENKINS, 2009, p. 30).

Logo, para que no caso da RTVE consideremos os conteúdos por ela produzidos relacionados com o conceito de convergência de mídias, não basta que se tenha um site com estes conteúdos em linguagens múltiplas – textos, vídeos, áudios, infográficos etc –, ou acesso, a partir dos conteúdos, por meio de *hyperlinks*, a outras plataformas. A convergência de mídias, à luz de Jenkins (2009), não se resume a uma interface multissemiótica, abastecida por plataformas várias e/ou que abra caminhos a diversas ferramentas comunicativas. É preciso averiguar se há, de fato, um sincretismo de conteúdos, de funcionalidades, de iniciativas e organizações.

A convergência de mídias potencializa, assim, as narrativas transmídia. Para a compreensão destas, mergulhamos nas reflexões de Figueiredo (2017). De início, compartilhamos a ressalva da pesquisadora, ao distinguir narrativa transmidiática de franquia transmidiática. Nesta última, uma narrativa se replica, com as devidas adequações, a vários meios e produtos. A autora exemplifica com o emblemático caso da Disney, em que histórias e personagens estão presentes em quadrinhos, filmes; estampados, mediante licença da marca, em brinquedos, roupas, cadernos e incalculáveis outros itens. Por outro lado, a narrativa transmídia consiste no desenrolar de uma história central por diferentes mídias. Nessas derivações, a narrativa toma um rumo relativamente próprio, embora sempre imbricada ao ponto de partida, retroalimentando esse ponto central.

A pesquisadora frisa a autonomia que as narrativas derivadas vão tomando, à medida que se expandem para outras mídias. Um desafio é o de assegurar diferenças em relação ao ponto disparador, para que não sejam narrativas repetitivas, mas sim preservando, estrategicamente, o vínculo com o ponto central, para que o leitor, espectador – visto inclusive como ‘consumidor’ – identifique a imbricação, a identidade, ao reconhecimento de marcas únicas.

As características específicas em cada trajeto de uma narrativa transmídia é uma condição também apontada por Scolari (2015):

Em suma, NTs é uma estrutura particular de narrativa que se expande através de diferentes linguagens (verbal, icônica etc.) e mídias (cinema, quadrinhos, televisão, videogames etc.). (...) A história que os quadrinhos contam não é a mesma contada na televisão ou no cinema; as diferentes mídias e linguagens participam e contribuem para a construção do mundo da narração transmídia. Esta dispersão textual é uma das fontes mais importantes da complexidade na cultura popular contemporânea (SCOLARI, 2015, p. 8).

Ao aplicar estes entendimentos de narrativa transmídia, tratamos de averiguar se a RTVE, em seu site, lança mão dessa estratégia. Se sim, como isso se configura e desenrola; em caso negativo, as possibilidades que se apresentam, levando-se em conta as atribuições inerentes a uma emissora pública de comunicação, mas bastante prejudicada, em termos identitários e direcionamentos editoriais, com “vais e vens” ao longo de sua história.

Entre essas atribuições, está a difusão de conteúdos informativos e, conseqüentemente, a prática de jornalismo e, atualmente, de jornalismo digital, termo definido por Salaverría (2019), como aquele que “designa todo o jornalismo que se pratica com o uso de tecnologias digitais (...); compreende, portanto, não só os meios da internet e as redes móveis, como também, por exemplo, televisão e rádio digital” (SALAVERRÍA, 2019, p. 3). É o que melhor se aplica ao estudo deste artigo. Afinal, embora o objeto de estudo seja um ambiente de internet (o site da Paraná Educativa), trata-se de um produto que reúne conteúdos cuja origem e práticas de produção não são exclusivas do ciberespaço. A apresentação é online, todavia há ali materiais oriundos da programação de um canal de televisão e de duas emissoras de rádio.

3. O que o site da Paraná Educativa apresenta

Reitere-se que o site da Paraná Educativa é o objeto de estudo deste trabalho, e não a programação das emissoras de rádio e televisão que formam a RTVE. Entretanto, ao acessar ambientes no ciberespaço, e a partir da premissa da convergência de mídias, espera-se encontrar a exposição de conteúdos oriundos das outras plataformas (no caso, o canal de televisão e as estações de rádio). É inerente à cibercultura a expectativa de acessos a sites, portais, repositórios ou congêneres caracterizados por sincretismos de mídias e de linguagens. Sobretudo em um ambiente de uma organização cujo produto são conteúdos comunicacionais, é natural o usuário ansiar por uma vitrine, ou, ao menos, uma síntese dos conteúdos veiculados nos canais que deságuam naquele local. Mais ainda: além da mera

reprodução ou repetição de conteúdos originários de outras mídias, são também bem-vindas narrativas transmídia, que explorem linguagens e funcionalidades do ambiente de internet. Práticas do jornalismo digital se apresentariam como aliadas nesse processo.

Vejamos se, em realidade, isso ocorre. Averiguamos a apresentação e os conteúdos disponíveis no site da RTVE entre 1º e 8 de setembro de 2020. A interface da página inicial, em sua metade superior (figura 1), destaca a marca do canal de televisão da RTVE – a TV Paraná Turismo, nome fantasia desde maio de 2019 (AEN, 2019, online). Na metade inferior da página inicial (Figura 2), um *banner* permite link à lista de programação do canal de televisão e das emissoras de rádio; e outros citam nomes de programas classificados como “destaques da rádio”. Ao clicar sobre, tem-se acesso ao *player* que transmite a programação, ao vivo, da rádio. Há ainda uma seção de “notícias”, enquadradas ao centro:



Figura 1 – Metade superior do site



Figura 2 – Metade inferior do site

O site se apresenta, assim, como um grande “menu”, com artes gráficas indicando onde estão links para as estruturas convergentes. A linguagem, uníssona, é a visual, basicamente em desenhos. Não há fotografias, ilustrando, por exemplo, as notícias em destaque. Tampouco há janelas exibindo o conteúdo transmitido pelo canal de televisão, nem o *player* das rádios à mostra. Embora não se trate, aqui, de um estudo comparativo com outras organizações, vale registrar que em ambientes virtuais de emissoras de rádio e televisão das mais diversas naturezas é recorrente o sincretismo de linguagens⁷, isto é, o uso de múltiplas linguagens (texto escrito, imagem, imagem em movimento), de forma convergente, e a produzir, sincreticamente, sentidos (FECHINE, 2009). Portanto, lançar mão desses recursos é prática consolidada em ambientes na internet.

7 A título de ilustração, podemos citar Rede Minas (<https://ww2.redeminas.tv>), Instituto de Radiodifusão Educativa do Estado da Bahia (www.irdeb.ba.gov.br) e a Rádio e TV Cultura de São Paulo (<https://cultura.uol.com.br>), também órgãos de administrações estaduais. Acessos: 05/10/2020.

Lembremos que, segundo Jenkins (2009), a convergência de mídias se caracteriza não apenas pela integração entre plataformas, como também entre negócios, empreendimentos, segmentos de mercado. Verifica-se essa ocorrência no site em estudo, à medida que estão reunidos ali dispositivos básicos de acesso às emissoras que formam a RTVE. Ademais, está inserido no referido site outra instância integrante da Secretaria da Comunicação Social e da Cultura: a Agência Estadual de Notícias. Ao se clicar nas manchetes expostas no site da RTVE, no enquadramento “notícias”, migra-se para o conteúdo hospedado no portal da Agência. Contudo, as notícias, atualizadas diariamente, não guardam relação com narrativas oriundas nem do canal de TV, nem das estações de rádio da Paraná Educativa. Ou seja, a inclusão da seção noticiosa está longe de se configurar como estratégia de narrativas transmídia – não contempla características e quesitos como aqueles defendidos por Figueiredo (2017) e Scolari (2015).

Igualmente não se caracteriza, na interface do site, o que fixamos aqui como conceito de jornalismo digital (SALAVERRÍA, 2019). Em que pese uma lista de manchetes na página inicial, isso se resume à indicação de que há conteúdos noticiosos, mas meramente verbo-textuais, sem elementos outros. Fotos jornalísticas, trechos de videorreportagens, boletins, *podcasts*, ou mesmo janelas para atualizações de perfis em redes sociais digitais são recursos recorrentes em espaços de jornalismo digital, porém ausentes no site que é uma das portas de entrada, para o público, à Paraná Educativa.

Aliás, apesar da palavra “Educativa” no nome da emissora, e da atribuição regimental em produzir conteúdos de cunho educacional, cultural e artístico, estes não se fazem frequentes no seu site. Como vimos, a área estática compõe a maior parte da interface da página inicial do site; apenas um quadro, ao centro, registra conteúdo com atualização diária. E se trata, como salientamos, de conteúdo jornalístico. Ainda assim, são raras as notícias expostas que mantêm relação com as áreas de educação, cultura ou artes.

Selecionamos 30 notícias, publicadas no site no período em que esta análise se concentrou. A relação está na tabela 1, a seguir:

DATA	CONTEÚDOS (NOTÍCIAS)
01/09/2020 Terça-feira	<ul style="list-style-type: none"> • Paraná ganha o primeiro hospital oncopediátrico da Região Sul • Apartamentos são entregues a 150 famílias de Foz do Iguaçu • Trabalho remoto cresce no Paraná em julho • Sanepar divulga rodízio para Curitiba e RMC até 13 de setembro • Materiais ilegais de pesca são apreendidos no Rio Paraná e afluentes
02/09/2020 Quarta-feira	<ul style="list-style-type: none"> • Com incentivo do Estado, Boticário terá operação de e-commerce no Paraná • 139 veículos são retirados do pátio da Delegacia de Campo Largo • Agricultura promove webinar sobre a safra 2020/2021 no Paraná • Professores usam fantasia para chamar a atenção de alunos

	<ul style="list-style-type: none"> • Governo apoia obra no Hospital da Providência de Apucarana
03/09/2020 Quinta-feira	<ul style="list-style-type: none"> • Universidades estaduais estão entre as melhores do mundo • Filme do Alex chega 63 países com apoio do BRDE • Fomento Paraná dá dicas para evitar boletos falsos • Deflagrada operação contra fraudes tributárias no Paraná • Boletim traz detalhes sobre a nova ponte Brasil-Paraguai
04/09/2020 Sexta-feira	<ul style="list-style-type: none"> • Déficit de chuvas na Grande Curitiba é o maior da história • Biblioteca lança novas edições do Hora do Conto e Era Uma Zine • Parceria deve ampliar implantação de energia solar no Estado • Boletim agropecuário destaca retomada do plantio de mandioca • Confirma funcionamento dos órgãos estaduais no feriado
07/09/2020 Segunda-feira, Dia da Independência	<ul style="list-style-type: none"> • Revitalização do Contorno Sul melhora condições de tráfego em Maringá • Escola do Noroeste premia alunos por desempenho no Aula Paraná • Sete de Setembro sem desfile, mas com patriotismo • Paraná acumula 3.513 óbitos pela Covid-19 • Estado recebe nova sequência alfanumérica de placas de veículos
08/09/2020 Terça-feira, Dia da Padroeira de Curitiba	<ul style="list-style-type: none"> • Pavimentações em estradas rurais facilitam a vida em Goioxim • Confirmados 142.338 casos e 3.539 óbitos pela Covid-19 • Alunos da rede estadual terão aula de revisão no Aula Paraná • Escola do Noroeste premia alunos por desempenho no Aula Paraná (idem dia anterior) • Consórcio Cid Centro beneficia agroindústria familiar

Note-se que das 30 notícias listadas, apenas seis, isto é, 20%, têm ligação com educação, cultura e artes. Mesmo assim, dessas seis, uma se repetiu (“Escola do Noroeste...”). Outras três tratavam de prestação de serviço em educação e cultura, ou tinham caráter minimamente instrutivo (“Professores usam..”; “Biblioteca lança...” e “Alunos da rede..”). Já as notícias sobre a escola no Noroeste do Paraná e a “Filme do Alex chega...” exerciam função promocional.

Evidencia-se, então, um descompasso entre o regulamento da RTVE e o que se apresenta no site da emissora. A convergência de mídias, as narrativas transmídia e o jornalismo digital não se mostram como recursos utilizados pela organização na produção e veiculação, no ciberespaço, de conteúdos de caráter educacional, cultural ou artístico. Infere-se que essas potencialidades são inexploradas em função da inconstância administrativa, organizacional e editorial da RTVE, ao longo da história. Vimos que a instituição, da sua origem como clube de radioamadorismo, depois estação de rádio escolar, até os tempos atuais, transitou por uma série de setores da estrutura organizacional do Poder Executivo estadual. Conforme o projeto político-administrativo de cada governo, alternou entre protagonista ou mera coadjuvante enquanto meio de comunicação pública.

Se em 2021 a televisão se restringe à promoção do turismo, com programação local reduzida, na década passada as produções regionais compunham a quase totalidade da grade. Havia diversidade – incluindo o educativo “Eureka”, telejornais, entrevistas, debates e atrações de entretenimento. Entre 2003 e 2010, sob a gestão do governador Roberto Requião, que viu na emissora pública uma forma de enfrentar os oligopólios do mercado de mídia, investimentos e parcerias (com a Telesur e a TV Câmara, para citar algumas)

possibilitaram intercâmbio de conteúdos, ampliação do alcance do sinal e fomento à produção audiovisual independente⁸.

Enfim, é um histórico que revela expertise técnica e profissional acumulada, bem como capacidade de agenciamento de ampla gama de conteúdos. Ademais, o Governo do Estado dispõe de estrutura própria para o fornecimento de soluções em tecnologia da informação, por meio da Celepar, companhia pública de economia mista que desenvolve uma série de projetos inovadores para diversos órgãos da administração⁹. Projetos nesse sentido, entretanto, demandam estabilidade administrativa e tempo para viabilização.

Considerações finais

O estudo realizado confirmou a premissa de que convergência de mídias, narrativas transmídia e jornalismo digital são possibilidades inexploradas pela Paraná Educativa, quando esta se apresenta no ciberespaço. Constatamos que o site se restringe a exercer a função de um ambiente de concentração de links às emissoras de televisão e rádio, e à Agência Estadual de Notícias. Observamos que o conteúdo veiculado é essencialmente informativo, voltado à divulgação de atos e ações da administração estadual.

A pesquisa dá indícios também de que o “vai e vem” da RTVE na administração estadual e as constantes mudanças de direcionamento editorial prejudicam, ou mesmo inviabilizam, o desenvolvimento de projetos que explorem potencialidades e promovam convergência tecnológica, de conteúdos e jornalismo, entre o website e as emissoras de rádio e televisão. A ratificação de tais indícios pode se dar em estudos futuros, por meio de entrevistas com profissionais que atuaram na emissora pública, em diferentes épocas.

Ao apontarmos potencialidades inexploradas e instabilidade organizacional e de função social não estamos tecendo críticas à atuação, competência e comprometimento dos profissionais da RTVE (nem da Celepar). A deficiência evidenciada e a trajetória instável ao longo do tempo, à mercê da disposição (ou falta de) do governante de cada momento, é, sublinhe-se, sequela da ausência de um marco regulatório para a radiodifusão aberta no país.

O website em exame se mostra como um reflexo da função e da atuação de momento das emissoras constituintes da RTVE, e não como um ambiente de

8 Sobre isso, sugerimos: “TV Educativa amplia sinal para América Latina” (<<http://www.historico.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=8734>>) “TV Paraná e TV Câmara vão trocar conteúdos e produzir documentários” (<<http://www.historico.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=18529>>); “Governador anuncia transmissão da Paraná Educativa pela Telesur” (<<http://www.historico.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=31849>>). Acessos: 06/10/2020.

9 Entre tantos exemplos, temos o portal do próprio Governo do Paraná (www.parana.pr.gov.br).

aproveitamento de funcionalidades tecnológicas e de práticas da cibercultura, inclusive voltadas para fins educativos. Se convergência de mídias, narrativas transmídia e jornalismo digital são potencialidades inexploradas em tal ambiente, isso tende a ser resultado da situação de apagamento das atribuições das emissoras de televisão e de rádio que compõem a organização – consequência, em boa dose, do absoluto desregramento de um serviço tão essencial como é o da comunicação.

REFERÊNCIAS

- AEN (Agência Estadual de Notícias do Paraná). **TV Educativa será canal de promoção do turismo estadual**. 13/05/2019. Em <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=102126&tit=TV-Educativa-sera-canal-de-promocao-do-turismo-estadual>>. Acesso: 14/0/2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa. **Título VIII – Da Ordem Social, Capítulo V – Da Comunicação Social**. Edição Administrativa do Senado Federal: Brasília, 2016 [1988].
- BORTOLAZZO, S F. **O imperativo da cultura digital: entre novas tecnologias e estudos culturais**. Rev. Cad. Comunicação, Santa Maria (RS), UFSM, v.20, n.1, p.1-24, jan/abr.2016.
- DETONI, M. **Mídia pública na sociedade da informação**. SP: Editora Mackenzie, 2015.
- FECHINE, Y. *Contribuições para uma semiotização da montagem*. In: OLIVEIRA, A.C.de; TEIXEIRA, L (orgs.). **Linguagens na comunicação: desenvolvimento de semiótica**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.
- JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus/Intervozes, 2009. Em <<https://intervozes.org.br/publicacoes/sistemas-publicos-de-comunicacao-no-mundo-a-experiencia-de-doze-paises-e-o-caso-brasileiro/>>. Acesso: 18/09/2020.
- FAXINA, E. *A TVE. Paraná em tempos de novo governo*. **Plural**. 18/02/2019. Em: <<https://www.plural.jor.br/noticias/poder/a-tve-parana-em-tempos-de-novo-governo/>>. Acesso: 18/09/2020.
- FIGUEIREDO, C. *Expandindo os limites: a transmídia no campo da intermedialidade*. **Aletria – Revista de Estudos de Literatura**, v. 27, n. 2, p. 69-82. Belo Horizonte: UFGM, 2017.
- GALINDO, R. *Como Ratinho acabou com a rádio e a tevê da Educativa*. **Plural**. Em: <www.plural.jor.br/colunas/caixa-zero/como-ratinho-acabou-com-a-radio-e-a-teve-da-educativa/>. Acesso: 05/06/2021.
- PARANÁ. **Lei 19.848 - 3 de maio de 2019**. Casa Civil, 2019. Em: <www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=219774&codItemAto=1370417#1370417>. Acesso: 14/09/2020.

_____. **Decreto 5.510 - 10 de novembro de 2016**. Casa Civil, 2016. Em
<[https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=164922&indice=1&totalRegistros=50&dt=13.8.2020.17.42.14.851](https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto?action=exibir&codAto=164922&indice=1&totalRegistros=50&dt=13.8.2020.17.42.14.851)>. Acesso: 14/09/2020.

_____. **Decreto 3346 - 15 de julho de 2004**. Casa Civil. Em <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=38476&codItemAto=317974#317974>>. Acesso: 14/09/2020.

_____. **Decreto 1.422 - 30 de junho de 1992**. Casa Civil. Em:
<<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=32300&indice=1&totalRegistros=34&dt=13.8.2020.17.26.38.297>>. Acesso: 14/09/2020.

_____. **Lei 9.663 - 16 de julho de 1991**. Casa Civil. Em:
<<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=6444&indice=1&totalRegistros=1&dt=13.8.2020.17.46.31.674>>. Acesso: 14/09/2020.

_____. **Decreto 6.633 - 16 de março de 1990**. Casa Civil. Em:
<<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=19276&indice=1&totalRegistros=27&dt=14.8.2020.20.8.35.57>>. Acesso: 14/09/2020.

_____. **Lei 8.485 - 3 de junho de 1987**. Casa Civil. 1987a. Em:
<<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=8360&indice=1&totalRegistros=1&dt=13.8.2020.17.47.56.222>>. Acesso: 14/09/2020.

_____. **Lei 8.468 - 16 de março de 1987**. Casa Civil. 1987b. Em:
<<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=7973>>. Acesso: 14/09/2020

_____. **Lei 6635 - 29 de Novembro de 1974**. Casa Civil. Em:
<<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=9569&indice=1&totalRegistros=29&dt=14.8.2020.20.11.55.345>>. Acesso: 14/09/2020.

SALAVERRÍA, R. *Digital journalism: 25 years of research*. **El Profesional de la Información**, v. 28, n. 1, 2019. Disponível em <<https://doi.org/10.3145/epi.2019.ene.01>>. Acesso: 18/09/2020.

SEVERO, A. *Rádio Emissora do Colégio Estadual do Paraná*. **Caros Ouvintes - Instituto de Mídia**. 2012. Em <<https://www3.carosouvintes.org.br/radio-emissora-do-colegio-estadual-do-parana/>>. Acesso: 17/09/2020.

SCOLARI, C. A. *Transmedia storytelling: implicit consumers, narrative worlds, and branding in contemporary media production*. **International Journal of Communication** nº 3, p. 586-606. 2009. Disponível em <<http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/477>>. Acesso: 14/09/2020.